

## ÁFRICA OCIDENTAL: SITUAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA\*

Jorge Daniel Spencer Lima\*\*

Muito se tem falado sobre a África nos últimos tempos, particularmente no que diz respeito às dificuldades por que passa sejam elas de carácter econômico, político ou social.

No plano político, o fim dos anos 80 correspondeu a uma nova distribuição de cartas no continente africano decorrente da distensão entre as grandes potências, da fratura entre o mundo árabe-berbere e o mundo negro e dos indícios de mudanças ocorridos na parte sul do continente.

A norte o Magreb volta-se prioritariamente para a Europa e observa com profunda preocupação os avanços comunitários e as perspectivas do mercado comum europeu de 1992.

O diálogo afro-árabe atinge por sua vez o seu nível mais baixo, devido sobretudo ao conflito no Sahara ocidental, e as mudanças ocorridas no leste Europeu são observadas com inquietação por se prever que estarão na origem de uma diminuição da ajuda pública para a África dos seus parceiros ocidentais.

Entretanto, é na parte sul do continente onde os acontecimentos se desenrolam com uma rapidez extraordinária, de Angola à África do Sul, passando pela Namíbia que, aparentemente, se joga o futuro da África, devido a inúmeras potencialidades e riquezas que esta região encerra.

A recente libertação de Nelson Mandela conjugada com as medidas de apaziguamento tomadas pelo regime sul-africano, tais como a legalização do Congresso Nacional Africano e das demais organizações políticas nomeadamente o PAC e o Partido Comunista são factores que certamente terão os seus efeitos positivos na evolução desta conturbada região do continente africano.

Por sua vez, a distensão no relacionamento entre as grandes potências que se verifica nos nossos dias, mesmo que tenha contribuído positivamente na procura de soluções para os conflitos regionais não conseguiu extinguir os vários

\* Comunicação apresentada ao Instituto Rio Branco-Brasília

\*\* Embaixador de Cabo Verde no Senegal

pontos de tensão em África que persistem todavia, ainda que reduzidos às suas verdadeiras dimensões.

No plano econômico, a situação não se apresenta sob um melhor prisma, sendo uma das constantes preocupações da comunidade internacional a procura de soluções para as dificuldades dos países africanos.

Várias propostas têm sido apresentadas, desde as da Cimeira de Toronto dos 7 países mais industrializados, passando pela contida no programa de ação para a recuperação econômica e o desenvolvimento da África adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, até a recente tomada de posição de um grupo de deputados liberais do parlamento europeu, mas infelizmente, até agora, a vontade política indispensável para se passar das palavras aos atos tem faltado.

Constata-se que a crise que atingiu a África desde os meados dos anos setenta, se agrava cada dia mais. Ainda que as suas causas sejam hoje bem conhecidas não foi por enquanto encontrada nenhuma solução durável para se combater os efeitos negativos de um endividamento excessivo, mal concebido e mal negociado, e sobretudo da queda acentuada e duradoura dos preços das matérias primas, acrescidas de uma taxa de crescimento demográfico demasiada elevada em relação aos recursos, nomeadamente alimentares, disponíveis em África.

Os preços dos produtos de base africanos baixaram de 44% em 1986, mas aumentaram de 19% em 1987. Todavia, os preços médios não atingiram senão 57% dos seus valores de 1980. As receitas de exportação da África registraram uma baixa de 20% em 1986 e 1987 em relação a 1985. No decurso do mesmo período, os preços das suas principais importações aumentaram em tamanhas proporções que os déficits das balanças de pagamentos atingiram a soma de 1,2 bilhões de dólares. Esta situação teve como consequência o aumento das obrigações a título do serviço da dívida externa que era estimada em janeiro de 89 em 230 bilhões de dólares. Para a maior parte dos países africanos, os custos do serviço da dívida representam mais de metade das suas receitas anuais em divisas.

O produto interno bruto (PIB) na África aumentou de forma marginal de 1,5% e de 0,85% em 1986 e 1987 respectivamente. Com uma taxa de crescimento demográfico de cerca de 3%, o PIB por habitante não parou de baixar ao longo dos anos 80, mas a tendência agravou-se em 1986 e 1987, causando uma deterioração constante das condições e dos níveis de vida das populações.

Assim que o programa de ação das Nações Unidas para a recuperação econômica e o Desenvolvimento da África (PANUREDA) foi adotado, ele suscitou grandes esperanças nos países africanos que contavam com o apoio da comunidade internacional quando comessem a aplicar os programas de

ajustamento. A verdade é que os fluxos de recursos esperados da comunidade internacional chegam lentamente e estão cada vez mais reduzidos. As receitas anuais líquidas passaram, em valor nominal, de 16 bilhões de dólares em 1985 para 18 bilhões de dólares em 1986, o que representa uma baixa em termos reais. A ajuda estagnou à volta de 13 bilhões de dólares em 1986, ou seja 70% do montante total dos recursos externos. O nível da ajuda bilateral para o desenvolvimento, baixou igualmente e o crescimento do fluxo dos recursos multilaterais foi em parte anulado pela saída líquida de recursos da África para o Fundo Monetário Internacional. Segundo as estimativas, os países africanos teriam, entre janeiro de 1986 e fevereiro de 1987, transferido ao FMI três vezes e meia a soma que receberam em 1985. Em somente 1986, a saída líquida de fundos da África para o FMI foi mais de 960 milhões de dólares. Os créditos à exportação baixaram de um milhão de dólares em 1985 para 400 milhões em 1986 e devem atingir, segundo as estimativas, o nível zero em 1987. Assinalou-se também uma diminuição rápida de outros empréstimos de origem privada.

Assim, consta-se que a África encontra-se atualmente numa situação desfavorável, pois ela tornou-se exportadora de capitais para os países desenvolvidos, ao mesmo tempo que se registra uma baixa da ajuda externa.

Unicamente em relação ao ano de 1986, os termos de troca deterioraram-se, em valor real, de 28%. A queda dos preços dos principais produtos de exportação da África no período 1985 - 1987 teria-lhe custado 48,3 bilhões de dólares, segundo as estimativas da CNUCED.

Pior ainda, os países da organização de cooperação e de desenvolvimento econômico (OCDE) não tomaram nenhuma medida para reduzir ou mesmo eliminar o protecionismo, nem para facilitar o acesso dos produtos africanos aos seus mercados.

Pelo exposto, a situação econômica dos países africanos poderá ser resumida no seguinte:

- a) a taxa de crescimento econômico global do PIB em África, ainda que tenha atingido 2,5% em 1988 continua inferior à taxa de crescimento da população que é de 3%;
- b) o rendimento per capita continua a baixar de ano para ano;
- c) a dívida externa da África não para de aumentar, ela atingiu 230 bilhões de dólares em janeiro de 1989 enquanto que ela era de 174,4 bilhões em 1985;
- d) o fluxo de capitais para África é negativo e o continente é doravante um exportador líquido de capitais, e o investimento atingiu valores insignificantes em muitos países;

e) enquanto que se constata uma recuperação de certas economias no mundo, esta tendência não registra nenhum impacto sobre as economias africanas;

f) as exportações africanas não são diversificadas e compõem-se essencialmente de produtos de base;

g) a deterioração dos termos de troca aumenta os déficits das balanças comerciais ainda que em certos casos se tenha verificado aumentos significativos das exportações.

É neste meio que a África Ocidental se insere, sofrendo por isso não somente os efeitos negativos das dificuldades próprias a esta sub-região, mas também os decorrentes do próprio continente africano no seu todo.

Por isso a situação dos países da África Ocidental, não difere muito do quadro desolador da África em Geral, chegando mesmo, em alguns casos, a estarem em piores condições, o que faz com que a África Ocidental, passe atualmente por um período de crise, tanto no plano político, como no econômico e social.

No plano político a situação se apresenta sob um prisma desfavorável, pois vários países conheceram um certo clima interno de tensão e outros estão longe da meta preconizada de construção de regimes politicamente fortes com base numa vontade popular que os legitima.

O Estado Oeste Africano, de uma maneira geral, saído da tutela colonial, não conseguiu até hoje definir uma forma própria de exercício de poder, continuando a gerir basicamente uma administração herdada do colonizador, cujos fundamentos tem as suas raízes fora do sistema que pretendem representar.

Tendo fixado objetivos ambiciosos de construir uma nação e de modernizar a economia, o poder político, baseando-se em valores e formas de gestão estranhos aos interesses dos Governadores, encontrou-se rapidamente isolado das populações que, em muitos casos, não lhe reconhece a necessária legitimidade para Governar.

O fosso então criado, tem sido a principal fonte de instabilidade de alguns países da sub-região, pois tem dificultado enormemente a aplicação dos programas de recuperação econômica na medida em que as populações não se sentem ligadas às decisões tomadas, não aceitando, por isso, passivamente, os efeitos sociais negativos dessas medidas que recaem sobre os seus ombros.

A não existência de um contra-poder real tem também contribuído para aumentar esse fosso, pois o efeito moderador que ele poderia exercer deixa de existir, permitindo aos detentores do poder a tomada de decisões sem auscultar a opinião dos seus governados.

Esta situação tem permitido e encorajado o aparecimento de uma corrupção generalizada registrando-se, a vários níveis da administração, que os funcionários vêm-se servindo do Estado em vez de servir o Estado.

Em certos casos o mau exemplo é dado em primeiro lugar pela cúpula do país que, ocupado em resolver negócios obscuros e em enriquecer rapidamente, não faz funcionar convenientemente a máquina administrativa, ocasionando uma certa inércia, ou mesmo paralisa no funcionamento do aparelho do estado.

Para além destas dificuldades endógenas, aliadas às de caráter econômico que analisaremos mais adiante, existem outras, cujos principais fatores são de origem externa, entre as quais destacaremos as seguintes:

a) conflitos fronteiriços e de caráter ideológico;

b) conflitos de mudanças de gerações;

Os conflitos fronteiriços que têm sido, por assim dizer, o calcanhar de Aquiles da África inteira, também têm ocorrido na África Ocidental, constituindo um foco de tensão suplementar.

Ainda que o intocável princípio da OUA de intagibilidade das fronteiras herdadas do colonialismo, seja aceite por todos os países da região, ele não tem impedido de tempos em tempos o aparecimento de situações de pré-confrontação e de escaramuças nas fronteiras ou mesmo de guerra entre os Estados da África do Oeste.

Passando pelos diferendos ocasionados pela delimitação das fronteiras marítimas entre a Guiné-Bissau e a Guiné-Conakry, por um lado e entre a Guiné-Bissau e o Senegal por outro pela recente guerra entre o Mali e o Burkina Faso relativamente à delimitação das fronteiras terrestres para terminar no atual conflito senegal-mauritaniano entre outros, facilmente se chega à conclusão que existe um problema real de definição de fronteiras nesta sub-região cuja solução exige muito tato, espírito de compromisso e paciência dos Governos interessados.

Aliados a uma certa intransigência ideológica estes dois fatores têm sido uma ameaça permanente à paz e à estabilidade de toda a África Ocidental.

No plano ideológico, temos registrado um antagonismo latente entre regimes que se dizem socialistas e outros que defendem a doutrina do pensamento liberal e que tem por sua vez estado na origem de vários diferendos nesta região, sendo os mais recentes entre o Gana e o Togo e entre o Burkina Faso e Tomas Sankara e a Costa do Marfim entre outros.

Entretanto, apraz-nos registrar que a intolerância ideológica que foi uma das características desta sub-região vem cedendo o passo ao diálogo, na medida em que a crise profunda que afeta a África Ocidental atacou indistintamente os vários tipos de regime, sejam eles marxistas ou liberais, de partido único ou de multipartidarismo.

O antagonismo existente em África entre o que se convencionou chamar os progressistas e os moderados vem diminuindo de intensidade no seio da Organização da Unidade Africana, face aos inúmeros desafios que os países membros têm que enfrentar para saírem da crise que se instalou no Continente. A primazia dada às discussões de caráter econômico nas reuniões da nossa Organização Continental teve o efeito positivo de levar os países africanos a porem de lado a intransigência ideológica para juntos trabalharem na procura de soluções para os males que afetam a África no seu conjunto.

Algumas vezes disfarçadas sob a capa da intransigência ideológica, as diferenças lingüísticas têm também estado na origem de certos diferendos na sub-região, onde três grupos de países se distinguem pelas línguas oficiais que utilizam, como se pode observar no quadro seguinte:

#### DISTRIBUIÇÃO DAS POPULAÇÕES DA ÁFRICA DO OESTE POR GRUPOS LINGÜÍSTICOS EM 1988 EM 1000

GRUPOS LINGÜÍSTICOS	POPULAÇÃO	% DO TOTAL
ANGLOFONES (5)	126.450	68%
FRANCOFONES (9)	58.050	31%
LUSOFONES (2)	1.510	1%
TOTAL	186.000	100%

FONTE: MULPOC

No conjunto, por países, constatamos que os francofonos são nitidamente majoritários (9), ainda que a maioria da população desta região seja anglofona em 68%, correspondente a 126.450.000 habitantes.

Entretanto, devido ao peso da Nigéria, que possui 105.510.000 habitantes e às suas características próprias a África Ocidental é largamente dominada pelo Clan dos Francofonos, com o apoio declarado da França, que possui bases militares no Senegal e na Costa do Marfim e facilidades de trânsito para a sua força rápida de intervenção em vários outros países Francofones desta área.

A África Ocidental é assim, o coração da Francofonia em África, onde a defesa da família francófona e, sobretudo, das relações com a França, vem em

primeiro lugar, para a maior parte dos países desta área, em detrimento dos interesses globais dos povos e demais países da sub-região.

Finalmente, é de se ter em conta que a África Ocidental atravessa neste momento uma fase de mudança de gerações susceptível de aumentar o clima de instabilidade que ora prevalece no relacionamento entre os Estados desta área.

Observamos, com efeito, que a geração que dirigiu os processos das independências está em vias de passar completamente o poder através de Golpes de Estado, por vontade própria ou de morte natural, estando em gestação uma nova fornalha de líderes políticos na nossa sub-região.

Com efeito, o desaparecimento dos velhos tenores da política africana tais como Kwame N'Kruma, Mobido Keita e mais recentemente Sekou Toure, vem criando um vazio de liderança cujo espaço tem sido ainda ocupado pelo Presidente Felix Houphouet Boigny da Costa do Marfim.

Se considerarmos a idade avançada deste último, facilmente se compreende que exista atualmente uma certa rivalidade entre vários Chefes de Estado desta área que procuram afirmar-se como líderes sub-regionais, à imagem do Chefe Tradicional africano que tem a responsabilidade de velar pela harmonia entre os seus governados, intervindo onde for necessário para sanar as discórdias e levar a paz onde ela for ameaçada.

Sendo a idade uma fonte de respeito em África, seria natural que os Chefes de Estado mais antigos no poder assumissem essa responsabilidade de "Sage" na concepção africana. Entretanto, acontece que os dois Presidentes mais antigos da África Ocidental são, por ordem, os do Mali e do Togo, todos chegados ao poder através de Golpes de Estado.

Esta falta de legitimidade na chegada ao poder, fez com que outros Chefes de Estado, ainda que mais novos, se tenham posicionado para ocupar o lugar do "Sage", reforçados por uma forma legítima de assumpção do poder como é o caso do Presidente Abdou DIOUF, do Senegal.

Esta situação tem ocasionado o aparecimento de conflitos pessoais entre diversos Chefes de Estado desta área, dificultando as relações entre países e obstaculizando o canal de comunicação fácil e direto que normalmente existia entre eles.

No plano econômico, a recessão econômica mundial dos anos 1981/82 ela própria decorrente das medidas tomadas pelos países desenvolvidos para enfrentarem a alta brutal dos preços do petróleo em 1973, veio demonstrar uma vez mais a fragilidade dos sistemas econômicos em que se baseavam os países da África Ocidental.

Evoluindo num meio internacional desfavorável, agravado nomeadamente por uma seca persistente que assolou metade dos países da região inseridos na Zona do Sahel, os Estados Oeste-Africanos viram-se obrigados a

reforçar a sua dependência em relação ao exterior, aumentando o peso da dívida externa junto das instituições financeiras internacionais e recorrendo à ajuda pública dos seus parceiros tradicionais nas suas mais diversas formas.

Recentemente ainda que a situação econômica dos países desenvolvidos tenha evoluído satisfatoriamente através de taxas de crescimento positivas a partir de 1984, o relance econômico da África Ocidental continua ilusório apesar dos esforços louváveis levados a cabo pela maior parte dos Governos.

Com efeito, há já alguns anos atrás que se tornou evidente que problemas específicos se põem a esta região, onde cerca de 3/4 dos Estados pertencem ao grupo dos países menos avançados<sup>1</sup> e a metade encontra-se reagrupada no seio dos CILSS para lutar contra a seca e a desertificação<sup>2</sup>.

Enfim, três Estados desta região são encravados<sup>3</sup>, enquanto que o conjunto conhece uma pressão demográfica sem precedentes que, a mais ou menos longo prazo, ameaça reduzir em nada os esforços de desenvolvimento.

Ao analisar de uma forma global a evolução recente das economias dos países da África do Oeste, deve-se ter em conta, antes de tudo, as disparidades existentes entre os diferentes países que a compõem. Com efeito, observamos que, por exemplo, dos 186 milhões de habitantes da África do Oeste, 105 milhões, representando 56% dessa população, pertencem à Nigéria, enquanto que Cabo Verde (360 mil), Gâmbia (800 mil) e Guiné-Bissau (910 mil) juntos representam um pouco mais de 1% dessa mesma população. A densidade média é de 28 habitantes por Km<sup>2</sup> em 1986; comparada com a do resto do Mundo (24), da Europa (99), da África (15), da Ásia (57), pode-se considerar que a África do Oeste não está super povoada.

Durante o período em análise, observamos a nível dos Estados uma disparidade quanto às taxas de crescimento do PIB, embora no conjunto o resultado seja fraco. De -1,7% em 1985/86 o PIB da região tornou-se positivo em 0,3% entre 1986/87 e 3,3% entre 1987/88.

Para os países que apresentam tradicionalmente bons resultados, exceptuando o Senegal e o Gana, o ano de 1987 foi mau. A Costa do Marfim encontrou dificuldades e o seu PIB caiu de 6% em 1987, para voltar a subir somente 1,4% entre 1987/88. O Níger conheceu a mesma desventura em 1987 mas recuperou em 1987/88. Com efeito o seu PIB que tinha baixado de 4% em

(1) Benin, Burkina-Faso, Cabo Verde, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mauritânia, Mali, Níger, Serra-Leoa e Togo.

(2) Cabo Verde, Burkina-Faso, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal.

(3) Níger, Mali e Burkina-Faso

1987 subiu mais de 8% em 1987/88. A Nigéria, termômetro da região, registrou uma taxa de crescimento insignificante do seu PIB em 1987 (0,5% em 1988). Todos os outros países progrediram nesse período, ainda que com taxas diferentes.

A Mauritânia, Gana e Senegal registraram taxas de crescimento entre 4 e 7%, enquanto que a do Mali foi mais modesta.

No decurso dos anos 1987/88 o produto interno bruto a custo constante dos fatores, atingiu 100.977 bilhões de dólares US e 104.394 bilhões de dólares respectivamente.

Em valores constantes o crescimento do PIB em 1988 é significativo na medida em que ele atingiu 3,3% enquanto que esse crescimento foi somente de 0,3% em 1986 e 1987.

Estes bons resultados explicam-se principalmente pelo progresso realizado em certos países, particularmente a Nigéria cujo PIB, representando 71% do PIB total da região em 1987 e 72% em 1988, passou de 72.274 bilhões de dólares em 1987 para 74.838 bilhões de dólares em 1988.

Esta evolução do PIB Global da África do Oeste e de alguns países em particular, põe em evidência o peso da Nigéria na economia da região e a influência tida pela flutuação dos preços do petróleo do qual este país tira 90% das suas receitas de exportação.

No tocante à formação do PIB e à criação de empregos produtivos, a agricultura, depois dos serviços, aparece como o setor mais importante na África do Oeste.

Com efeito, todos os Estados da região continuaram a considerar a agricultura como a sua primeira prioridade, de acordo com o plano de ação e a acta final de Lagos, o programa prioritário de recuperação econômica da OUA e o programa de relance econômico da África do Oeste da CEDEAO. Para estes Estados, a agricultura é a única via rápida para se chegar à satisfação das necessidades alimentares essenciais, senão à auto-suficiência. Ela é não somente uma fonte de divisas, mas também de alimentos de base. Devido às condições pluviométricas excepcionais (entenda-se normais), o seu crescimento foi estimulado em somente 0,1 entre 1987-1988, enquanto que entre 1985-1986 ele tinha aumentado de 4%.

Do ponto de vista da sua participação na formação do PIB, a parte da agricultura tem aumentado constantemente desde 1982. De 26,7% em 1982 ela atingiu 31,4% em 1986. O ano de 1987 foi idêntico ao de 1986 com 31,4% mas em 1988 a região no seu conjunto e a grande maioria dos Estados Sahelianos registraram produções recordes, apesar da ação depredadora dos gafanhotos.

**CONTRIBUIÇÃO DE ALGUNS SETORES À FORMAÇÃO DO PIB  
(EM BILHÕES DE (=US) DÓLARES A PREÇOS CONSTANTES DE  
1980)**

SETORES	ANOS			
	1985	1986	1987	1988
AGRICULTURA	30.431	31.627	31.949	31.983
INDÚSTRIA MANUFATUREIRA	9.160	8.933	9.289	9.901
INDÚSTRIA EXTRATIVA	20.490	19.386	16.728	18.206
CONSTRUÇÕES	4.100	4.008	3.606	3.697
OUTROS SERVIÇOS	31.191	36.640	38.403	39.579

FONTE: CEA

Entretanto, observa-se diferenças notáveis de um país para outro. Assim, no Gana a agricultura representava 53% do PIB em 1986 e 1987 e 52% em 1988. Na Costa do Marfim esta percentagem é 49% para o mesmo período. Registram-se igualmente percentagens elevadas para os países do Sahel como o Burkina-Faso 44% em 1987/88 e sobretudo o Niger com 48% e 50% respectivamente.

Cabo Verde representa a exceção neste domínio, pois a agricultura contribuiu somente em 12% para a formação do PIB em 1986.

Ainda que o setor da indústria manufatureira não tenha um peso significativo na formação do PIB dos países da África do Oeste, o conhecimento de alguns elementos informativos neste domínio poderá ser de alguma utilidade no quadro de um possível relacionamento comercial com esse conjunto de países.

O setor da indústria manufatureira representou 9% do PIB total da África Ocidental em 1987 e 1988, com os montantes de 9.289 bilhões de dólares e 9.901 bilhões de dólares respectivamente.

Ele aumentou de 6,5% no período em referência, enquanto que entre 1985 e 1986 ele tinha recuado de 2,5% passando de 9.160 bilhões de dólares em 1985 para 8.933 bilhões de dólares em 1986.

Pode-se registrar que, para além de dois anos ricos, 1982 e 1983, durante os quais as indústrias manufatureiras representaram até 11% do PIB, existe uma certa estagnação neste setor, que tem sido uma das principais vítimas dos programas de ajustamento estrutural.

A política seguida na região procura sobretudo encorajar o aparecimento de indústrias locais de substituição às importações e valorizar as matérias primas locais (Costa do Marfim, Nigéria e Senegal). Entretanto o panorama industrial da África Ocidental mostra que várias empresas enfrentam sérias dificuldades ou não funcionam mais.

A política que prevaleceu e que prevalece ainda é a reabilitação do existente em vez de se efetuar novos investimentos.

Certos Estados registraram mais ou menos bons resultados em relação à média regional. A Nigéria, o mais industrializado dos Estados da CEDEAO viu o seu PIB deste setor evoluir regularmente. Em 1987, as indústrias manufatureiras nigerianas com 6.439 bilhões de dólares aumentaram de 8% em relação a 1986.

Este crescimento manteve-se apesar do rigor da política econômica seguida, pois em 1988 a contribuição das indústrias manufatureiras foi estimada em 6.955 bilhões de dólares, o que representa um crescimento de 8% em relação a 1987.

Um outro país, a Costa do Marfim, com uma gama variada de unidades industriais viu o valor acrescentado deste setor passar de 1.022 bilhões de dólares em 1987 para 1.051 bilhões de dólares em 1988, o que representa um crescimento de 2,8% correspondendo a um pouco mais de um terço da média do crescimento regional no mesmo período.

A contribuição, em valor absoluto, da Costa do Marfim para a formação do PIB global da região, situa-se em segundo lugar depois da Nigéria.

Enfim o Senegal e o Gana registraram resultados satisfatórios, tendo o primeiro obtido uma média anual de crescimento de cerca de 2,5% e o segundo de 4%.

De uma maneira geral este setor conheceu dificuldades de abastecimento de matérias-primas, uma sub-utilização das capacidades instaladas, um baixo nível de investimentos, problemas de tesouraria, uma concorrência desleal devida à fraude, dumping e protecionismo dos países industrializados e, enfim, má gestão.

No que diz respeito ao rendimento per capita, a maioria dos 16 países da região, está ainda incluída no grupo dos países da fraca renda, ou seja aquelas cujo rendimento per capita é inferior a 420 US\$. A média regional em 1987 e 1988 de 560 US\$ é largamente influenciada pela parte da Nigéria que é estimada em 700 US\$ e da Costa do Marfim em 600 US\$. Sem a Nigéria esta média cai para menos de 400 US\$. Sem a Nigéria e a Costa do Marfim ela não é mais do que 308 US\$ (a título comparativo as médias da África Central e Oriental são de 320 e 250 respectivamente).

Entretanto, é preciso analisar-se estes dados com prudência, pois uma parte importante de população desta região está ocupada em atividades sócio-econômicas cujo valor em termos de produção monetária não está incluído nas contas nacionais (uma parte de setor agrícola e o setor informal).

Em relação às trocas comerciais, a baixa dos preços de petróleo aliada à dos outros produtos de exportação fez com que se registrasse uma baixa de 8% das exportações da África Ocidental em 1986. Segundo dados da Comissão Econômica para a África essas exportações foram estimadas em 1987 em 21,537 bilhões de dólares US e as importações em 12,625 bilhões de dólares US. Elas foram respectivamente de 21,955 e de 13,479 bilhões em 1988. Comparando os anos 1987 e 1988, constata-se um crescimento de 2% das exportações e de 7% das importações.

A estrutura do comércio não variou entre 1987 e 1988. A África do Oeste troca produtos de base contra bens manufaturados.

Assim, o petróleo representa 97 a 98% das receitas totais de exportação da Nigéria. Em Costa do Marfim, o cacau, representando em média anual 30% da produção mundial, constitui 22% das receitas de exportação deste país. Os principais recursos exportáveis da Guiné são ainda o bauxite e o alumínio, que totalizam 98% do valor total das receitas de exportação oficial deste país. No Gana, o cacau representa 70% das receitas em divisas no período em referência e na Libéria o minério de ferro é predominante.

A composição e a estrutura das exportações pouco variadas mostra uma predominância de um número reduzido de produtos: cacau, café, algodão, banana, ananás, oleaginosos e produtos halieuticos. Em valor e volume são sobretudo os produtos de extração como o petróleo, minérios de ferro, bauxite, urânio, ouro e diamante que predominam.

Em relação às importações, observa-se nos últimos anos um aumento sensível dos produtos alimentares. A África do Oeste não consegue alimentar as suas populações, pois, com exceção dos países encravados aos Sahael, ela produz o que não consome e consome o que não produz.

Apesar de uma melhoria sensível há alguns anos a África Ocidental está longe de atingir a autosuficiência alimentar. Segundo dados da FAO, as importações de cereais atingiram três milhões de toneladas em 1987, contra 2,2 milhões de toneladas em 1988, ou seja uma baixa de cerca de 4%.

Os principais parceiros comerciais da região são os países da CEE, com os quais toda a África Ocidental está ligada através da Quarta Convenção de Lomé que foi concluída em dezembro de 1989, por um período de cinco anos.

Um outro aspecto que tem agravado a crise econômica da sub-região é o peso elevado da sua dívida externa.

Ela representa à volta de um quarto da dívida externa global africana, ou seja o montal total de 55,7 bilhões de dólares em 1986 segundo o Banco Mundial, correspondendo ao conjunto da dívida pública garantida pelo Estado a médio ou a longo termo.

Esta dívida evolui rapidamente, sendo de se registrar que em onze anos ela foi multiplicada por 8. Sua taxa de crescimento anual foi de 21,3%, o que foi superior à taxa média de crescimento da dívida africana que foi de 18% no mesmo período.

Ela resulta essencialmente do crescimento dos créditos privados (33% ano de 1975 a 1983) que são predominantes (46% do total). É de se salientar que 90% dos créditos privados foram obtidos pelos dois países que emprestam nos mercados financeiros internacionais, a Costa do Marfim e a Nigéria.

Face a esta difícil situação econômica e financeira atrás descrita, os Estados da África do Oeste decidiram, com o apoio do FMI e do Banco Mundial, implementar programas de ajustamento estrutural com o objetivo de melhorar os principais indicadores econômicos, através de uma gestão rigorosa da procura, uma política voltada para a oferta e quando for possível um ajustamento das taxas de câmbio (dos 16 Estados da África do Oeste, somente C. Verde não tem programa de ajustamento estrutural).

No conjunto da sub-região, estas medidas tendem a:

- racionalizar as despesas públicas através da aplicação de medidas de contenção orçamentais e de crédito;
- aumentar as receitas do Estado;
- adaptar medidas enérgicas para estimular a oferta através de uma repartição racional dos investimentos públicos;
- privatizar a economia;
- impor uma reforma nas empresas públicas, no sentido de "menos Estado, melhor Estado";
- instaurar uma correção da sobre-valorização das moedas nos países que não pertencem à UMOA e impor a verdade dos preços;
- redefinir a política do endividamento externo.

A aplicação dessas medidas de ajustamento estrutural têm ocasionado dificuldades de várias ordens, no plano social, para as populações, com um primeiro reflexo no aumento do desemprego, sobretudo nas zonas urbanas e industrializadas.

Muito recentemente o FMI reconheceu que a aplicação de medidas draconianas de saneamento econômico tem gerado instabilidade política nos países da sua intervenção, abalando seriamente regimes que pretendem ajudar e pondo em causa todo o esforço feito para uma maior racionalidade na utilização dos recursos disponíveis.

Por isso foi decidido facilitar-se o acesso a recursos para implementação de projetos de caráter social, como forma de amenizar os efeitos sociais negativos da aplicação dos programas de ajustamento estrutural.

A recente decisão do Presidente Mitterrand de propor à Assembléia Nacional Francesa a anulação pura e simples de toda a dívida Pública em relação à França de 35 países africanos, constituiu sem dúvida um verdadeiro balão de oxigênio para a economia desses países.

Totalizando cerca de 800 bilhões de francos CFA, correspondendo aproximadamente a 2,8 bilhões de dólares, essa decisão beneficiou 14 dos 16 países da África Ocidental.

Face a este quadro político-econômico pouco encorajador, pode-se legitimamente questionar sobre o que fazer para levar a África a sair deste ciclo desolador de sub-desenvolvimento, com todo o seu cortejo de fome, miséria, má-nutrição, desemprego e atentados aos direitos do homem, entre outros.

Da nossa parte, sem pretender apresentar soluções acabadas, pensamos que a saída do sub-desenvolvimento do continente africano implica, antes de tudo, a assumpção de uma verdadeira vontade de mudanças dos dirigentes africanos, a fim de poderem ter a coragem necessária para aplicar as medidas de saneamento que se impõem, tanto no plano político como no econômico e social.

A primeira a ser tomada, em nosso entender, seria a moralização da vida pública, com vista a garantir uma participação engajada e responsável dos governados na questão do país.

No plano político, torna-se imperativo a libertação de energias inovadoras na procura de saídas para o impasse chegado, criando-se mecanismos legalizados de contestação do Poder instituído nomeadamente através dos órgãos de informação e por intermédio dos partidos políticos, conforme for a realidade de cada país. De todo o modo, já é tempo da cúpula dirigente em África compreender que chegou a hora do fim dos regimes totalitários e repressivos e que no mundo de hoje ninguém e muito menos um dirigente político pode ter a pretensão de fazer a unanimidade em torno de si, não aceitando por isso qualquer tipo de contestação do poder instituído, cujas manifestações são imediatamente catalogadas como crimes contra a Nação e sobre as quais se devem fazer sentir todo o peso da máquina repressiva do Estado.

O livre jogo democrático através do veredito regular das urnas sem a manipulação do poder, torna-se também indispensável nesse contexto, para conter a ganância dos governantes e servir de sanção no caso de utilização abusiva do poder que lhes foi confiado.

No plano econômico, uma solução mediana entre um liberalismo selvagem e dominador e um marxismo centralizador e sufocante deverá ser encontrada devido à fraqueza e desorganização do circuito, com vista à diminuição do fosso existente entre ricos e pobres, pois essa situação é geradora de instabilidade a longo prazo.

Sem intervir demasiado no sistema econômico, a função do Estado deveria ser a de regular a participação de cada um dos seus intervenientes, verificando o cumprimento estrito das regras estabelecidas com vista a uma melhor distribuição da riqueza nacional.

Para esse efeito, o funcionamento correto da máquina administrativa torna-se indispensável para se atingir esses objetivos.

Paralelamente a essa retificação das funções do Estado e dos objetivos a atingir, todo um trabalho de base no seio da juventude deverá ser executado com vista a se chegar a uma mudança de mentalidades e atitudes face ao poder, lançando-se os contornos do que serão os homens políticos africanos de amanhã.